**Reunião Extraordinária do Comitê LGBTI+ PR — 13/12/2022**

Ao décimo terceiro dia do mês de Dezembro do ano de 2022, às 09:00, de forma presencial, sendo a 1ª Convocatória na sala reunião, 6° andar — Ala B, sito à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico – Curitiba (PR) e em formato *online* por meio do *link* [meet.google.com/mqw-ddkc-ijy](https://meet.google.com/mqw-ddkc-ijy) deu-se início à Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia **Titulares Governamentais:** MAYARA BONDE (SECC); CLÁUDIO MARQUES ROLIN E SILVA (SESP); MARA CARMEN RIBEIRO FRANZOLOZA (SESA); **Suplentes Governamentais:** JEAN PABLO GUIMARÃES ROSSI (SETI); **Titulares da Sociedade Civil:** BRUNA RAVENA BRAGA (CASA DE MALHÚ); THAMIRYS NUNES (ALIANÇA NACIONAL LGBT); MATHEUS CESAR COSTA (GRUPO DIGNIDADE); ALBERTO ALEXANDRE SCHMITZ (IBDESEX); RENNAN GUSTAVO ZIEMER (PDT DIVERSIDADE); KASSIA MARTINS (ANAJUDH); **Suplentes da Sociedade Civil:** MÁRCIA CRISTINA (ASSOCIAÇÃO FLOR DE LIS); **Colaboradores:** LAYSA LAGUNA (SEJUF/DEJUDH); KAROLLYNE NASCIMENTO (TRANSGRUPO MARCELA PRADO); GABRIEL (IBRAT). **Justificativa de Ausência:** Jane (DEJUDH) justificou sua ausência devido ao período de férias. Lucimar (SESA) justificou sua ausência devido ao período de férias. **1. Abertura:** Primeiramente, Laysa realizou a chamada nominal das (os) representantes do Comitê para dar início à reunião. Após a chamada, Bruna saudou a todas, todos e todes e deu abertura à Reunião Extraordinária do Comitê LGBTI+. **2. Aprovação das Pautas:** Bruna informou que solicitou essa reunião extraordinária para tratar de alguns encaminhamentos recebidos com o retorno da SECC, pois foi recebido um ofício com a agenda através do GT do Plano Estadual LGBT. Em seguida, Bruna indagou se todas (os) estavam de acordo com a pauta encaminhada previamente e se gostariam de inclusões ou alterações. Bruna solicitou que fosse incluída a pauta ‘Encaminhamentos à SESP’. Por fim, Bruna colocou em aprovação a ata e sua respectiva inclusão — sem ressalvas, foram aprovadas por unanimidade. **3. Aprovação da ata de Novembro e Dezembro:** Bruna perguntou se todas (os) haviam recebido as atas de Novembro e Dezembro. Sem manifestação, as atas foram postas em votação — sem ressalvas, aprovadas por unanimidade. **4. Informes da Secretaria Executiva e Conselheiras (os):** Bruna informou que solicitou uma visita à Cadeia de Rio Branco referente ao Natal das presas, porém, como seria para hoje (13) não seria possível comparecer por conta da reunião e a visita que a Defensoria Pública estava fazendo era referente a outra atividade, por isso, a visita em que a Karoll levaria os donativos provenientes da rifa e doações ficou para o dia 20/12. Entretanto, Bruna informou que dia 20 era a data do seu retorno para Foz do Iguaçu e por isso, solicitou que quem pudesse ajudar e divulgar o trabalho seria muito importante. **5. Formação dos Conselheiros Tutelares:** Thamirys informou que já foi denunciada no Conselho Tutelar e existem diversas outras famílias que ela atende na ONG que também foram, pois as pessoas não entendem a transgeneridade infantojuvenil. Além disso, há uma grande parte dos Conselheiros Tutelares que são ligados à religiões que muitas vezes entendem que, um pai ou uma mãe não podem cometer a negligência de gênero ou de orientação sexual, ou seja, proibir um filho de ser gay ou trans ou bissexual e enfim. Entretanto, muitas vezes as Escolas têm medo de denunciar os pais que estão cometendo esses atos e agressões psicológicas e religiosas com seus filhos, pois o Conselho Tutelar vai corroborar que os pais podem proibir os (as) filhos (as) de serem *gays*, lésbicas, trans e etc. Portanto, Thamirys solicitou que haja uma formação específica com os Conselheiros Tutelares do Estado do Paraná sobre a temática LGBTI+, sobre o que é negligência de gênero e de sexualidade por parte dos genitores e como proceder quanto às negligências. Por fim, Thamirys se colocou à disposição para elaborar o material junto ao Comitê LGBTI+. Kassia indicou também ter interesse em participar dessa formação, pois a pauta não dialoga somente com quem dialoga diretamente com a Escola, como também em outras pautas políticas, como por exemplo as Escolas Cívico-militares e o *Homeschooling*. Em seguida, Márcia indicou que o Conselheiro Tutelar é o primeiro contato com a família, mas quem resolve é o Juíz porque o conselheiro leva à justiça a denúncia, por isso, seria interessante aplicar capacitações com o pessoal do Ministério Público. Thamirys respondeu que sim, seria interessante e informou que neste ano fez uma palestra com os juízes da Vara de Infância do Paraná, sendo possível desenvolver uma Cartilha e materiais para auxiliar o pessoal tanto da Promotoria quanto os juízes das Varas de Infância. Porém, Thamirys relatou que a problemática atual é de que os casos não chegam até os juízes porque os conselheiros não levam por achar que os pais têm razão, por isso, seria necessário chegar primeiramente na raíz do problema. Márcia questionou se seria possível as ONG’s monitorar os registros dos trabalhos dos Conselheiros Tutelares para averiguar se as demandas da população LGBTI+ estavam sendo encaminhadas. Thamirys respondeu que não, as ONG’s não possuem esse poder, entretanto, o Comitê LGBTI+ e os Conselhos de Direitos Humanos poderiam solicitar essas informações. Portanto, Márcia solicitou que o Comitê solicitasse as fichas de atendimentos dos Conselheiros Tutelares. Bruna informou que, quando se trata dos Conselheiros Tutelares e crianças e adolescentes, todos os documentos são tramitados em sigilos e nem todos (as) podem ter acesso. Dessa forma, para iniciar esse diálogo, Bruna sugeriu a realização de uma Reunião Ampliada porque o CEDCA também dá diretrizes sobre as crianças e adolescentes no Estado do Paraná. Além disso, Bruna informou que os Conselheiros Tutelares respondem ao Poder Público Municipal, não Estadual, portanto, os municípios divergem, por isso, talvez o CEDCA consiga “abraçar” de forma estadual convocando os Conselheiros Tutelares ou pela rede. Portanto, deve ser criado um caminho para abordar um tema muito importante e delicado que precisa ser visto com “outros olhos”, pois essa reivindicação não é de agora, mas de muito tempo. Bruna exemplificou o caso da Rute, Conselheira do COPEDH e Conselheira Tutelar, alinhada às pautas de direitos humanos e que sofre certa resistência de outros Conselheiros Tutelares que não tem esse alinhamento, sendo ela uma pessoa que pode ser convocada para debater essa pauta e orientar os caminhos possíveis. Portanto, Bruna sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho referente a essa temática porque essa formação é cobrada pela Thamirys e também pela conselheira Rute do COPEDH. Por fim, Bruna questionou se todas (os) estavam de acordo com a formação do Grupo de Trabalho sobre a temática. Karollyne informou que os Conselhos Tutelares são geridos pelos parâmetros e resoluções do CONANDA e colocou-se à disposição para participar do GT. A composição do GT ficou pré-definida da seguinte forma: Bruna; Kassia; Karoll; Thamirys; Márcia. Em conclusão, Bruna colocou em votação a criação do GT sobre a Formação dos Conselheiros Tutelares — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. **6. A exigência do Instituto de Identificação em apresentação de laudo médico para inclusão de nome social em menores de 16 anos:** Bruna solicitou que, novamente seja encaminhada à SESP o questionamento se o RG Social estava sendo produzido ou não, pois foi recebida uma demanda e ela foi encaminhada, sendo necessária essa formalização por parte do Comitê para garantir o direito daquelas pessoas que não queiram fazer retificação de pronome/gênero e dos adolescentes incluírem seus Nomes Sociais. Thamirys relembrou que essa questão foi apresentada no início de 2022 no comitê, onde foi informado que o Instituto de Identificação do Paraná estava solicitando Laudo Médico para inclusão do Nome Social para menores de 16 anos. Na ocasião, Thamirys conversou com a Janaína e o Misael para mostrar que em outros estados a recomendação é de que não haja essa exigência, mas apenas a autorização de um dos responsáveis legais, além disso, encaminhou a recomendação do Ministério Público de São Paulo para que houvesse a mesma orientação para o Instituto de Identificação do Paraná para os menores de 16 anos. Visto que, o Decreto Federal da Presidente Dilma em 2016 não há um limitador de idade, incluindo todas as pessoas trans do Brasil e não delimita somente para maiores de 18 anos. Na época, Janaína se comprometeu a conversar com o Rafael para verificar como seria feita a recomendação, porém, há duas semanas uma família foi incluir o Nome Social de um jovem de 14 anos e foram barrados porque não tinham o Laudo Médico, Psicológico ou Psiquiátrico. Portanto, Thamirys solicitou que fosse oficiado novamente o Rafael e o Misael para compreender o andamento desta recomendação ao Instituto de Identificação do Paraná porque não houve mudanças na prática. Karoll solicitou que o Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública também fosse oficiado — com cópia para a Ouvidoria. Em seguida, Marques indicou que seria necessária uma manifestação principalmente na questão de Controle Externo das atividades, pois às vezes, há pessoas com um entendimento diferente e o Promotor inicia um procedimento, não sendo questão de dificultar o trabalho, mas de sentir inseguros — sendo essa a sua percepção. Por isso, Marques indicou que seria importante que o Ministério Público do Paraná fizesse uma manifestação a respeito para que dê segurança a todos (as) servidores (as) do Instituto de Identificação do Paraná. Thamirys expôs que essa insegurança é resolvida com formação adequada e informação, pois o Decreto Federal não possui limitador de idade e deveria ser o único instrumento necessário para sanar essa insegurança dos (as) servidores (as). Thamirys reiterou que há o Decreto Federal que dispõe sobre o direito de toda pessoa trans, travesti e transexual no Brasil ter o seu Nome Social nos documentos, sem limitador de idade, sendo este o Marco Legal para todas essas pessoas. Por isso, apesar de ser válida uma recomendação do Ministério Público, valeria mais uma Nota Técnica — considerando o Decreto Federal — ressaltando que não há limitador de idade, pois essa insegurança é fomentada por desinformação e na base das pessoas em acharem que as pessoas trans menores de 18 anos não existem. Bruna perguntou se o ofício seria para o CAOPDH ou somente para o Rafael e solicitou que fosse enviada novamente a recomendação do Ministério Público de São Paulo para que fosse encaminhada em anexo. **7. Fiscalização, orientação e formação das escolas particulares por parte da SEED:** Bruna indicou que a pauta seria de como a SEED vem fazendo a formação também sobre as pessoas LGBT’s, mas em escolas particulares, sendo essencial o relato da Thamirys por ter uma filha trans na rede privada de ensino — que infelizmente estava em viagem e por isso com o sinal de *internet* instável. Karollyne compartilhou que participou de algumas reuniões no SINEPE sobre a temática e viu resistência do pessoal do sindicato a essa pauta, por isso, seria de grande valia uma manifestação favorável do Comitê porque as Escolas Particulares têm grandes problemas com relação à temática LGBT. Para isso, Karollyne solicitou que seja convocado o presidente do SINEPE e um (a) representante da SEED e em cima disso definir de que forma o Comitê LGBTI+ poderia atuar nessa temática. Por fim, Bruna colocou o ofício para o SINEPE e a SEED em votação — sem ressalvas, foi aprovado. **8. Encaminhamentos à SESP:** Bruna informou que ontem (12) recebeu no Coletivo de Pessoas Trans do Estado do Paraná uma denúncia de uma mulher trans no Interior do Paraná que não estava conseguindo fazer o RG Social, na verdade, ela tentou fazer a CNH Social, porém para se fazer qualquer outro documento, o documento oficial até o momento é o RG — que se tornará a Carteira de Identidade Nacional (CIN) com base no CPF. Houve uma grande discussão com base na confecção deste novo documento, mas as pessoas trans precisam compreender que, apesar de não retificar seus nomes, para solicitar a CNH Social ou qualquer outro documento social elas precisam ter o RG Social. Portanto, Bruna ressaltou que há duas temáticas associadas ao RG Social, a primeira com relação ao RG Social para qualquer idade — que é o que define o Decreto Federal — e compreender se o Instituto de Identificação do Paraná estava produzindo estes documentos. Por isso, Bruna solicitou que seja encaminhado um ofício à SESP e ao Instituto de Identificação do Paraná sobre a divulgação e confecção dos RG’s Sociais, além disso, questionar quantos RG’s Sociais o IIPR já confeccionou. **8. Pontos a serem discutidos em Reunião com a SECC:** Bruna abriu o documento ‘2. SECC - Sistematização da Tabela de Ações’ e realizou a leitura do seguinte ponto: “*AÇÕES — Comunicar e informar continuamente os servidores(as) públicos(as) municipais e estaduais, gestores(as), conselheiros(as) e profissionais terceirizados(as) com a produção e distribuição de materiais de apoio, por meio de parcerias governamentais e sociedade civil, nas áreas da cultura e comunicação social, trazendo a transversalidade de mulheres, população em situação de rua, população negra, migrantes, refugiados e apátridas, indígenas e comunidades tradicionais, pessoa com deficiência, pessoa idosa e juventude, em relação à igualdade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, procedência nacional, liberdade de crença, composição familiar, direitos sexuais e reprodutivos, direitos humanos, situações de vulnerabilidade e violência, políticas públicas voltadas à diversidade humana com vistas a ampliar a intersetorialidade e melhorar a qualidade dos serviços prestados. META — Elaborar e disponibilizar no site cartilhas informativas com diretrizes de promoção da diversidade para os eventos incentivados pela CIC, CAC, unidades vinculadas e para produtores independentes que realizam eventos no Estado do Paraná. INDICADOR — Distribuição de números de cartilhas distribuídas. PARCERIA — SECC, Municípios com Sistema de Cultura implementado e produtores independentes de cultura. PRAZO — Médio, Contínuo. ORÇAMENTO — 2021/2022. AÇÕES — Inserir a temática diversidade nos Editais de Produção Cultural do Estado, com vistas a possibilitar a realização de eventos culturais, feiras, mostras anuais, dentre outras atividades que promovam o respeito às diversidades. METAS — Estimular o acesso dos agentes culturais LGBTs paranaenses a incentivos fiscais, valorizando as produções culturais que tenham impacto positivo na promoção da diversidade. INDICADOR — Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura. PARCERIA — SECC. PRAZO — Longo, Contínuo. ORÇAMENTO — 2020-2022. AÇÕES — Valorizar e preservar a memória cultural popular LGBT estadual, fomentando a criação e/ou manutenção de espaços culturais e centros de documentação, bem como a produção, resgate, aquisição e circulação de acervos de bens materiais e imateriais referentes a essa população, assegurando acessibilidade a pessoas com deficiência. METAS — Realização de eventos, palestras e exposição sobre Gilda (fotos do acervo do MIS-PR); Pesquisa no acervo: Fotografias da Parada da Diversidade e outras representações (acervo do MIS-PR); Estimular a aquisição de obras de artistas LGBT pelo MAC. INDICADOR — Contabilizar público presencial ou quantidade de acessos online em cada um dos eventos; Contabilizar número de fotografias e vídeos encontrados no acervo sobre a temática LGBT; Atualização do Plano Museológico do MAC-PR. PARCERIA — SECC, MIS - Unespar, Casa da Memória, Museu Paranaense, Acadêmicos com pesquisas sobre Gilda, Companhias de teatro/performance/ artes visuais com trabalhos sobre Gilda, entre outros. PRAZO — Médio, Contínuo. ORÇAMENTO — 2021-2022. AÇÕES — Desenvolver projetos culturais e espetáculos artísticos junto a escolas e nos espaços públicos que trabalhem a temática LGBT. METAS — Realização de bate-papos e/ou Cursos sobre Representação LGBT no cinema(MIS); Realização de evento sobre Representatividade na música com de artistas locais (MIS); Realização de evento sobre Representatividade na fotografia(MIS); Inserção de curtas-metragens com recorte temático LGBT nas visitas guiadas do MIS-PR. - Exibição de Filmes Paranaenses com recorte temático LGBT. Participação de artistas LGBT na programação de exposições do museu. INDICADOR — Contabilizar público presencial ou quantidade de acessos online em cada um dos eventos.(MIS); Abertura de edital para projetos de exposições.(MAC). PARCERIA — - MIS, MAC,Unespar, Escolas de Curitiba, Escolas de cidades do interior do Paraná, Acadêmicos com pesquisas sobre temática LGBT, entre outros. PRAZO — Médio, contínuo. ORÇAMENTO — 2021- 2022. AÇÕES — Realizar debates sobre a temática LGBT no campo da arte para ampliar o acesso da população à produção artística e a presença de artistas, críticos e críticas de arte, curadoras e curadores LGBT na programação do museu. METAS — Ampliar em 10% a participação de artistas LGBT na programação cultural do MAC-PR (Palestras e oficinas). INDICADOR — Programação anual do MAC. PARCERIA — SECC. PRAZO — Médio, contínuo. ORÇAMENTO — 2021 -2022.”*. Após a leitura, Bruna indicou que os pontos do tópico ‘2.Proposta Inicial de Ações - Compromisso da SECC para o II Plano Estadual LGBTI+’ eram iguais aos pontos do tópico ‘4. Alterações realizadas pela SECC’, não houve alterações e por esse motivo, cabe ao Comitê LGBTI+ definir quais seriam as ações na Cultura e os melhores encaminhamentos. Além disso, Bruna relatou que participou de uma Audiência Pública para ouvir a demanda da população LGBT, referente às leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc — que em nenhum momento são citadas no Plano Estadual. Os Editais abertos são editais gerais e não voltados à população LGBT, as atividades culturais geralmente são em datas específicas e diferenciadas, buscando executar ações nos Dia da Visibilidade Trans com artistas trans, escritoras (es) trans e muitos espaços que precisam ser ampliados. Mayara informou que não esteve na Audiência Pública, mas realmente foi voltada para pensar na questão da Lei Paulo Gustavo, em que o recurso ainda não chegou e por isso os editais ainda não foram lançados. Além disso, Mayara indicou ser necessário pensar que a Secretaria de Cultura e Comunicação (SECC) vai se dividir na reforma administrativa e será criada a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC). Bruna destacou que o acesso ao PROFICE é muito difícil e burocrático, sendo exigidos muitos documentos e as temáticas LGBT são mais "difíceis" para as bancas avaliadoras dos projetos. Ademais, a Marcha da Diversidade é uma fomentadora não somente da Cultura, mas também do Turismo, dois eixos que trabalham juntos e deveriam dar atenção às pautas LGBT’s. Mayara informou que na área de povos do PROFICE tem uma categoria chamada “Festivais, Mostras, Feiras e Festas Similares”, mas entende que o PROFICE não tem outra possibilidade além de fazer o incentivo fiscal, a lei não permite que se trabalhe de outra forma. Mayra indicou que, com relação a questão para ser PROFICE, foi comentado sobre o dinheiro do FEC, não seria PROFICE, mas essa solicitação deveria ser para o CONSEC para que o Conselho solicite a Superintendência da Cultura que sejam feitos editais específicos. A seguir, Rennan indicou que a Lei Paulo Gustavo era temporária e deveria ter sido executada em 2022, sendo postergada pelo Governo Federal para 2023. Na Lei Aldir Blanc, Rennan também identificou que era temporária e tinha um artigo que falava da população LGBT. Entretanto, as duas situações não se interferem, pois as Marchas da Diversidade são eventos maiores e as de Curitiba possuem patrocinadores, por isso, apesar do fato de ser mais burocrático não impede de solicitar que sejam especificados eventos de rua — porque há festivais em locais fechados e restritos, já as Paradas, tem a particularidade de ser sempre em locais abertos. Bruna reiterou que os documentos requeridos nos editais são muitos e artistas independentes dificilmente conseguem acessar, pois, somente para escrever o Edital para a pessoa e só nisso é 30% do valor dos recursos, por isso, seria necessária a formação de pessoas LGBT’s que fazem arte, *drag queens*, transformistas e diversas outras artistas. Além disso, em shows do Natal ou comemorações nunca contratam apresentações de *drags*, transformistas e de artistas LGBT’s em festividades dos municípios, pois acessar esses espaços é muito difícil para a população LGBT. A seguir, Alberto destacou que, como é um tempo bastante complexo e que demanda um debate ampliado, fosse criado um Grupo de Trabalho quanto ao tema. Bruna indicou que são pontos diferentes, sendo importante criar um GT sobre a Cultura, mas agora, o debate era em prol da inclusão dessas solicitações no Plano Estadual. Portanto, o Comitê LGBTI+ deveria convidar o CONSEC para dialogar e apresentar as demandas para que, quando em nível estadual forem divididos os repasses de recursos, já estejam estabelecidas as diretrizes. Deste modo, Bruna reiterou que o GT da Cultura poderia ser criado e sejam convocados (as) artistas LGBT’s para ouvi-los e entender suas dificuldades. Porém, ao adiar a reunião com a SECC e criar um GT, o Plano de Trabalho também seria postergado porque não daria para aprovar pelo que foi delimitado até então. Por fim, Bruna solicitou a criação do GT, mas que deveriam ter pelo menos três pontos focais, além disso, deveriam ser discutidas quais são as diretrizes de cada Edital — seja PROFICE, Lei Paulo Gustavo ou Lei Aldir Blanc —, pois a Cultura cria mecanismos para ampliar o recurso para difundir a cultura estadual. Em relação ao FEC, Mayara indicou que qualquer ação sobre esse recurso deve ser deliberada pelo CONSEC. Bruna ressaltou que não basta apenas abrir os Editais, mas possibilitar a formação dos (as) artistas independentes para que consigam acessá-los, pois atualmente são muito difíceis e burocráticos os processos para aprovação. Alberto reforçou sua sugestão de criar um Grupo de Trabalho convidando pessoas especializadas em editais e artistas para fazer esse diagnóstico para sugerir mudanças junto à SECC. Bruna respondeu que concorda com isso, mas então o prazo deveria ser postergado porque foi agendada uma reunião com a SECC para o dia 15, não havendo tempo hábil para ouvir todas as pessoas necessárias para levantar estas respostas, além de que, o Plano Estadual leva em consideração a Secretaria de Comunicação Social e Cultura e não a nova disposição da recém criada Secretaria de Estado da Cultura. Alberto concordou que seria interessante esperar a reforma administrativa para compreender corretamente qual seria a nova dinâmica. Em conclusão, foi definida a criação do Grupo de Trabalho e a manutenção da agenda com a SECC — alertando sobre a criação do GT — para sanar mais dúvidas e captar mais pontos de interesse do Comitê. Toni informou que em São Paulo existe um edital específico para artistas LGBT na Cultura e no Rio de Janeiro também há algumas iniciativas, sendo possível fazer um estudo comparado para visualizar o que poderia ser feito no Paraná. A composição do GT da Cultura foi definida da seguinte forma: Bruna; Rennan; Alberto; Márcia; Gabriel; Gustavo Cosenza e Luis (Indicações do Toni). Por fim, Bruna colocou em aprovação os encaminhamentos supracitados — sem ressalvas, foram aprovados por unanimidade. **9. Orientação Sexual e Identidade de Gênero no *Site* da SEJUF:** Bruna indicou que essa pauta seria referente a criação de uma Cartilha sobre diversidade de gênero e orientação para que os servidores e funcionários da SEJUF possam buscar esse conhecimento, pois aconteceu um fato na SECC que chegou até a Coordenação da Política sobre como tomar as atitudes, por isso, a solicitação seriam em prol da elaboração e distribuição destes materiais. Toni pontuou que além das cartilhas e materiais, é muito importante as formações, sensibilizações e capacitações, com o mínimo de 8 horas. Ademais, Toni registrou que o Grupo Aliança tem uma coleção de manuais prontos e em parceria com o MPF/Procuradoria Geral dos Direitos Humanos, sendo elaborados por Mestres e Doutores e revisado por vários militantes e ativistas — e que poderiam ser disponibilizados para o Comitê. Márcia indicou que nas Cartilhas são registradas as *Drag Queens* e Transformistas, mas não são dispostas as *Drag Kings* e por isso, solicitou que também fossem incluídos — Bruna solicitou que Márcia refizesse esse apontamento no âmbito do GT. Por fim, Bruna colocou o encaminhamento em aprovação — sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade. **10. Expedição de ofício à Comissão do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura — CPROFICE, criada pela Lei Estadual nº 17.043/2011, solicitando a inclusão nos próximos editais do Profice financiados pelo Fundo Estadual da Cultura — FEC e por Incentivo Fiscal da categoria cultural “Paradas e eventos culturais gratuitos em espaços públicos”:** O ponto foi debatido na pauta de Nº 8. **11. Criação do Plano de Ação de 2023:** Bruna relatou que, na última reunião foi debatida a realização da Visibilidade Trans dentro do Estado do Paraná no começo de Janeiro ou Março, pois o Estado do Paraná nunca realizou uma atividade ou seminário neste sentido. Porém, devido às secretarias estarem passando por reformas administrativas, a questão foi somente aprovada na plenária anterior e após o dia 15/01 deveriam conversar com a SEJU para debater a melhor forma de executar as propostas do GT. Portanto, faz-se necessária a aprovação de todos e todas quanto à criação de um Plano de Ação do Comitê LGBTI+, seja no no Dia do Orgulho LGBT, Dia da Visibilidade Lésbica, Dia de Combate à Homofobia e outras datas importantes à pauta. Por fim, Bruna colocou em aprovação a criação do Plano de Ação de 2023 — sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade. **12. Visita à Cadeia de Rio Branco:** Bruna relembrou que estava aguardando a confirmação, pois marcaram para hoje de manhã e não seria possível comparecer devido a reunião do Comitê. Além disso, Bruna solicitou para que pudessem divulgar a rifa organizada pela Karoll para conseguir vender as 200, para assim, levar kits para as mulheres trans em situação de cárcere na Cadeia Pública de Rio Branco. Além disso, Bruna solicitou auxílio ao Deputado Tadeu Veneri para conseguir arrecadar recursos para auxiliar as quarenta e duas meninas presas lá. 13: Informes Gerais: Sem informes. **14. Encerramento:** Em conclusão, Bruna primeiramente desejou um feliz Natal a todos e todas, agradeceu suas presenças e deu por encerrada a Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e corrigida por Laysa Laguna